

Seminário *Inovação nas Transferências da União*

Painel 8: *Como assegurar a importância da integridade e do resgate da confiança na implementação das políticas públicas?*

NOVEMBRO 2018



Contexto: Necessário melhorar formulação e efetividade de políticas, respeitando limites de gasto e atendendo expectativas

Desafios internos

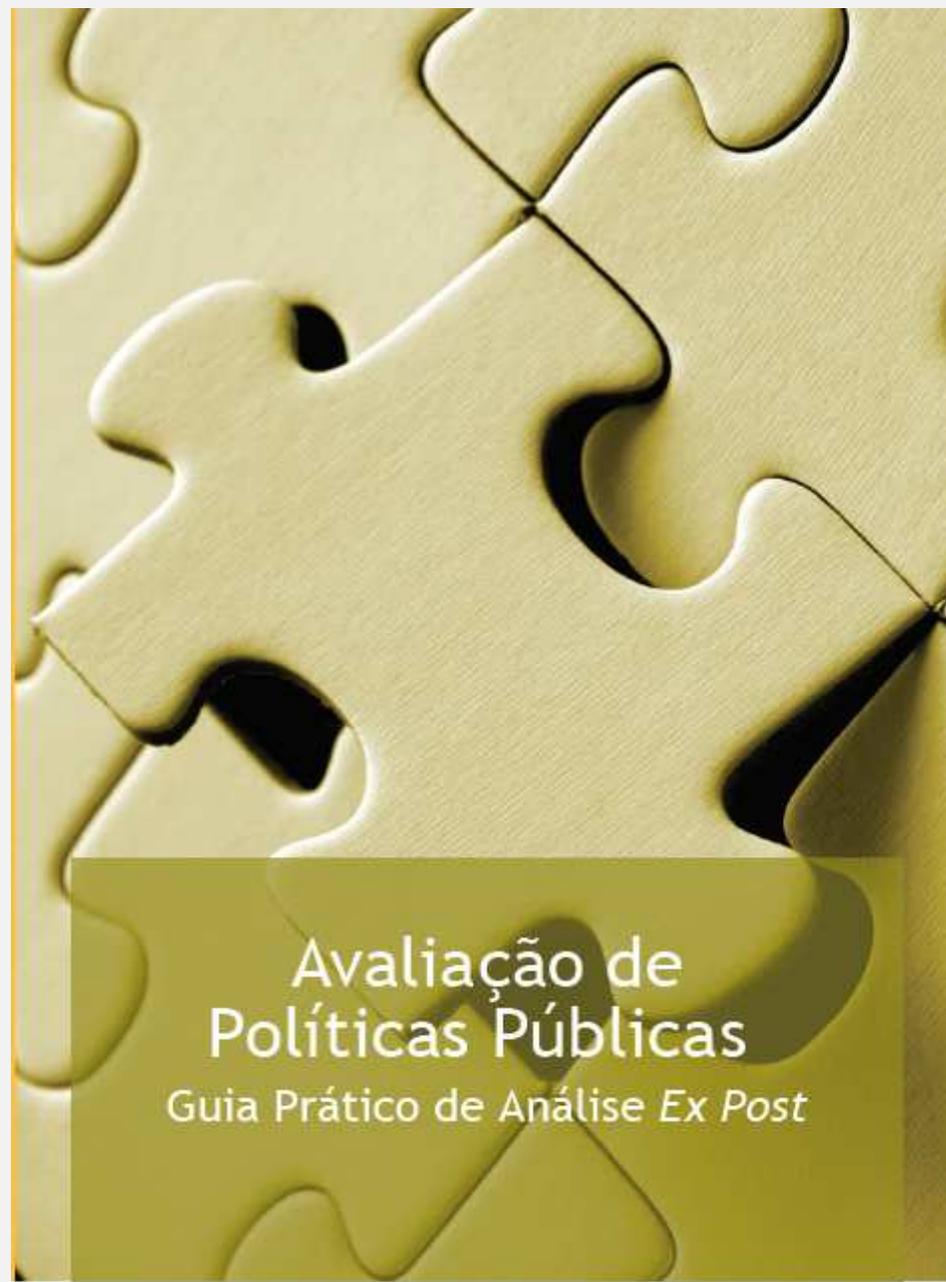
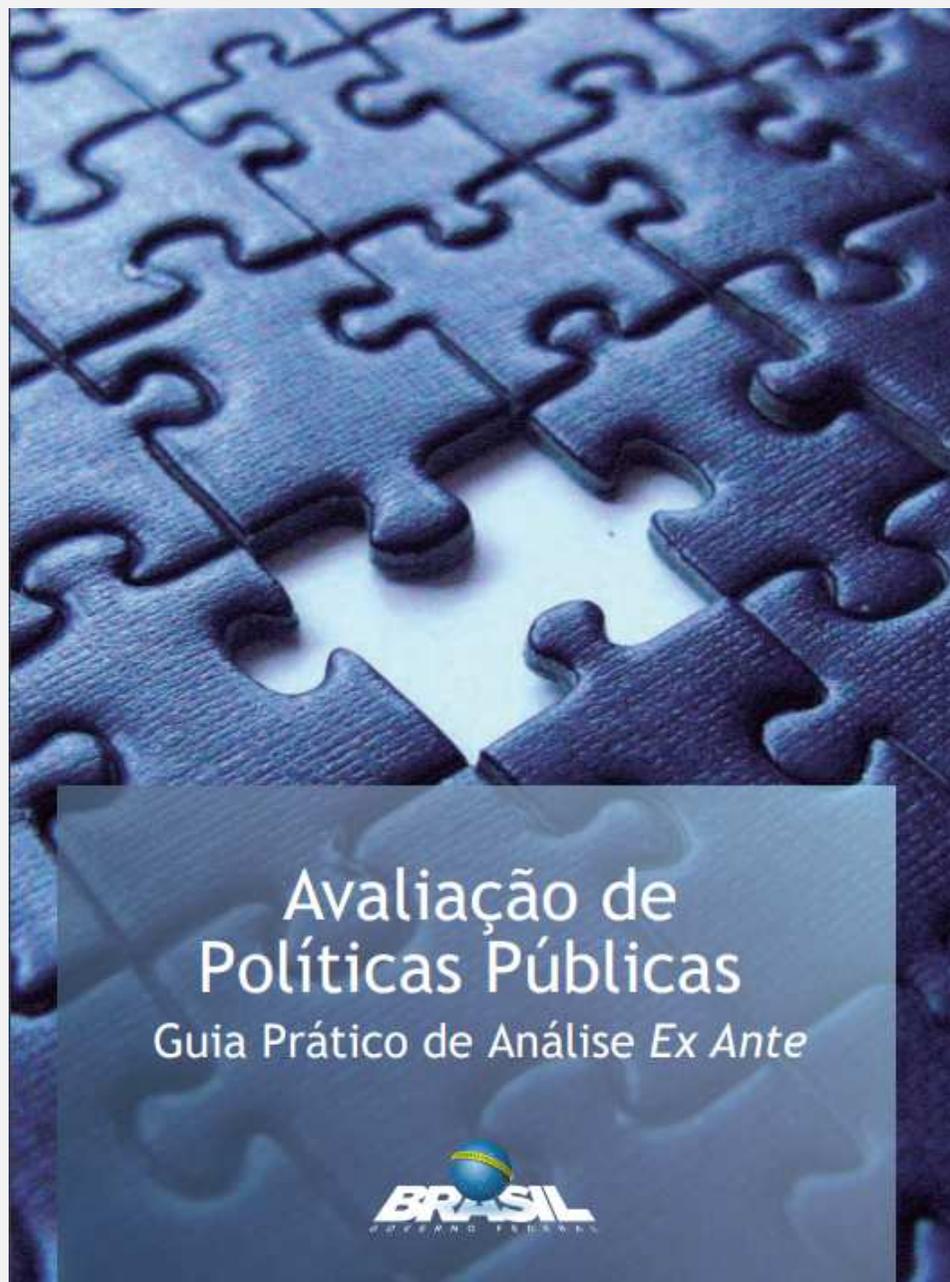
- Políticas chegam a Casa Civil em diferentes estágios de maturação
- Ministérios têm capacidades distintas
- Limite de gastos exige priorização ativa

É necessário
políticas mais
efetivas

Desafios externos

- Demanda social crescente por:
 - Serviços públicos de qualidade
 - Efetividade no uso dos recursos
 - Transparência

Modernização do Estado: “Reforma das Políticas Públicas”



Mais um avanço na agenda de avaliação de políticas públicas!

Casa Civil
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Buscar no portal

Perguntas frequentes | Área de imprensa | Ouvidoria

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > CENTRAL DE CONTEÚDOS > NOTÍCIAS > 2018 > FEVEREIRO > CASA CIVIL ELABORA GUIA PARA APRIMORAR FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

NOTÍCIAS

Casa Civil elabora guia para aprimorar formulação de políticas públicas

por
Publicado: 21/02/2018 11:06
Última modificação: 13/03/2018 17:41

Romero Cunha Casa Civil

Na primeira reunião do Comitê Interministerial de Governança (CIG), a Casa Civil da Presidência da República apresentou, nesta segunda-feira (19), um guia de boas práticas na análise de políticas públicas. A ideia é aprimorar a formulação de ações do governo, com o objetivo de utilizar os recursos públicos de forma mais eficiente.

Elaborado em parceria com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Transparência e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o guia traz sugestões de como desenhar uma boa estratégia pública antes do lançamento de novas políticas, de forma a respeitar o limite de gastos e alcançar as expectativas.

Com a iniciativa, a Casa Civil busca incentivar a elaboração de políticas públicas já amadurecidas por parte dos ministérios, em um formato padronizado. As ações cumpriram um roteiro com o diagnóstico da situação, o desenho da política, o impacto orçamentário, entre outros aspectos.

O Comitê Interministerial de Governança (CIG) foi criado em decreto editado em novembro do ano passado. O colegiado tem a finalidade de assessorar o presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

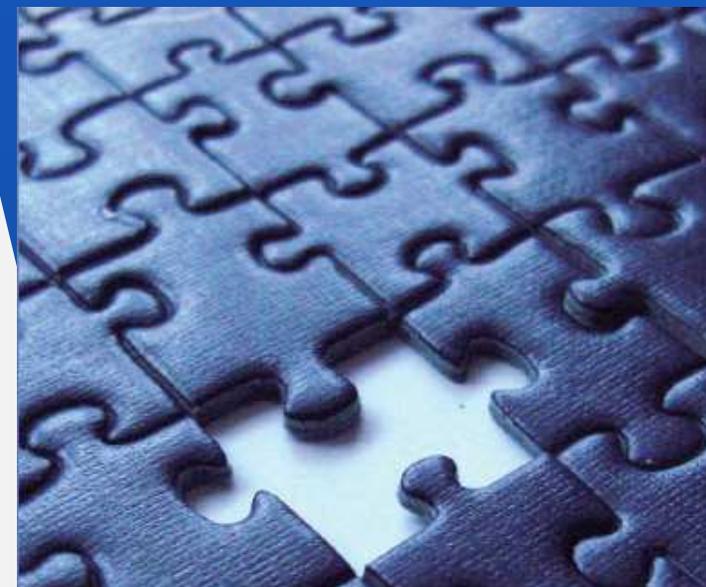
O CIG é composto pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira; e pelo ministro interino da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário.

Durante a reunião, foram discutidas outras iniciativas ministeriais para fortalecer a política de governança, bem como o programa de Integridade que deverá ser adotado por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

Clique aqui para baixar o Guia.

Referências nas melhores práticas internacionais: Chile, Reino Unido, México, Colômbia, entre outras.

Aprovado no Comitê Interministerial - CIG de Governança em 19/02/2018



Avaliação de Políticas Públicas
Guia Prático de Análise Ex Ante



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLDORIA-GERAL DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

CASA CIVIL

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Colaboradores:

Embaixada Britânica Brasília

Centre for Public Impact
A BCG FOUNDATION

clear Centro for Learning on Inclusion and Trade
BRAZIL & LUSOPHON AFRICA

FGV EESP CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSOPHONA

<http://www.casacivil.gov.br/orgaos-vinculados/comite-interministerial-de-governanca>

Objetivo é orientar ministérios para políticas terem mais chances de produzir resultados tangíveis



Melhorar formulação de políticas para garantir resultados efetivos



Criar padrão de formulação e debate de políticas

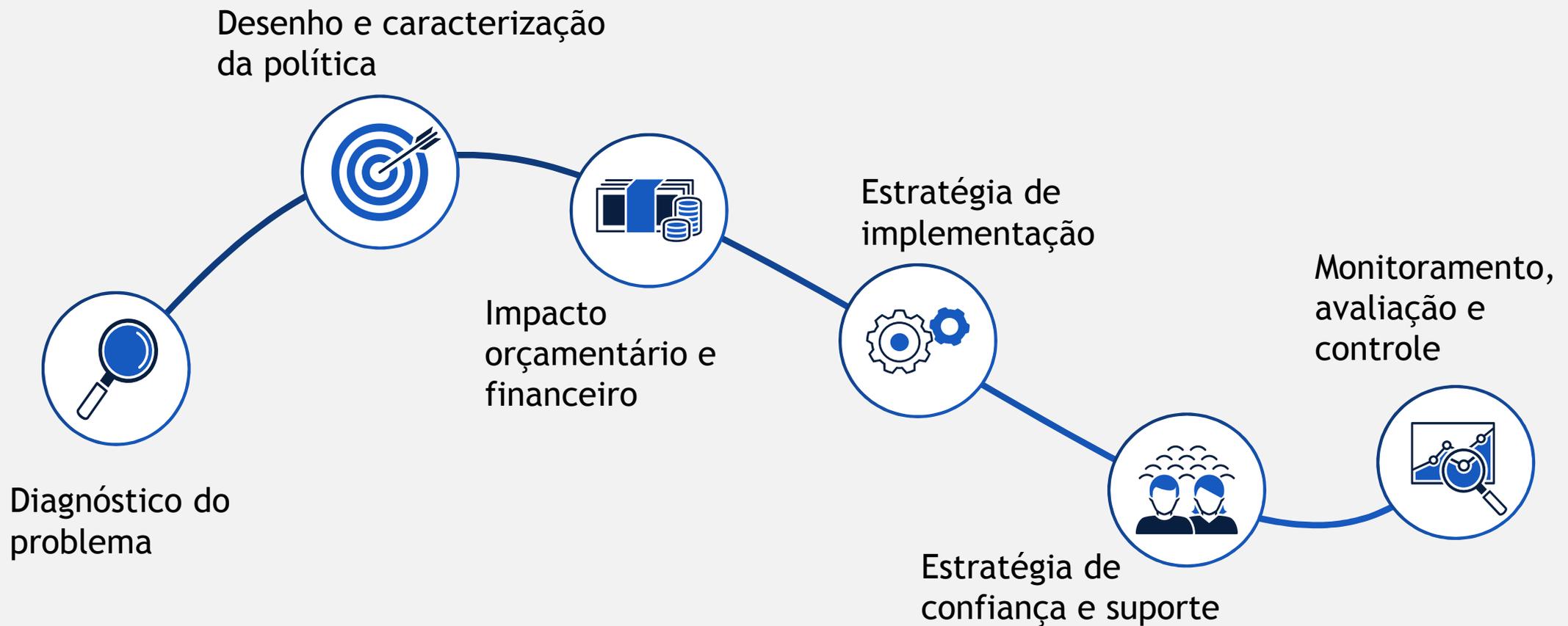


Decidir e priorizar de forma mais objetiva e transparente



Garantir maior custo-efetividade

O guia inclui os diversos aspectos necessários para a construção de políticas públicas eficazes



Para cada um dos elementos, o guia oferece ferramentas, explicações e exemplos.

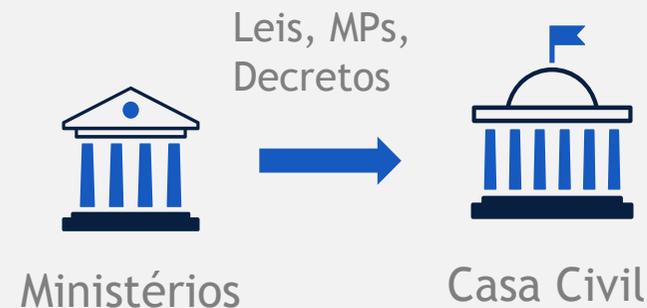
Utilização do guia por ministérios vai garantir maior celeridade e chance de sucesso

Modelo atual



- Políticas pouco estruturadas
- Diversidade de formatos
- Longos processos de interação

Modelo futuro



- Políticas já chegam maduras a Casa Civil
- Formato padrão
- Celeridade no ajuste fino

Sucesso do guia e do seu impacto sobre as políticas públicas futuras depende de seu uso efetivo



Casa Civil



Ministérios



Ministros e
secretários

- Incentivar o uso entre ministros
- Utilizar em discussões executivas

- Incentivar o uso na equipe
- Utilizar em discussões internas



Corpo técnico

- Cobrar uso por outros ministérios
- Utilizar como modelo para todas discussões

- Aprender conceitos e tirar dúvidas
- Utilizar para formular políticas

Estratégia de Implementação

Como assegurar a importância da integridade e do resgate da confiança na implementação das políticas públicas?





Estratégia de implementação



O que é

Definição dos processos estruturados que articulam diversos atores e tipos de recursos para o alcance dos objetivos e a execução das metas



Importância

- Definir a relação entre os atores
- Identificar inconsistências, insuficiências ou desperdícios antecipadamente

Etapas



Apresentar os mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar e monitorar a política

Verificar se o arranjo institucional proposto é adequado e propor incentivos adequados aos atores

Definir para quem e como cada etapa do projeto será comunicado

Identificar riscos, elaboração de estratégias de mitigação

Descrever procedimentos ao longo do tempo



Ferramentas

Normas, manuais e treinamentos de gestão e governança



Matriz de comunicação 5W2H

- W: Qual informação
- W: Quem é o responsável
- W: Por que
- W: Onde armazenar
- W: Quando
- H: Como
- H: Quanto custa

Matriz de Probabilidade x Impacto

		Impacto		
		Alto	Médio	Baixo
Probabilidade	Alta	Verde	Verde	Amarelo
	Média	Verde	Amarelo	Vermelho
	Baixa	Amarelo	Vermelho	Vermelho



Estratégia de implementação



O que é

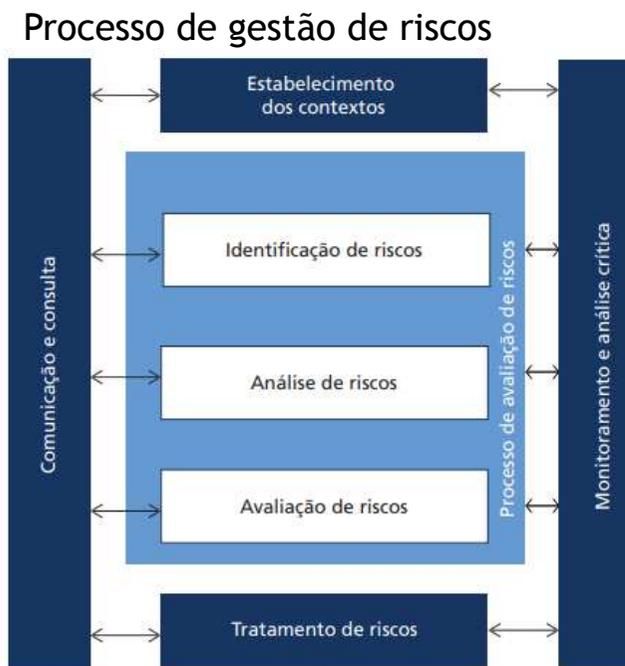
- A gestão de riscos é o processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização
- A gestão de riscos tem por finalidade garantir a existência de mecanismos que permitam a consecução dos resultados almejados na política pública



Importância

- A gestão de riscos contribui para o aumento da eficiência e da eficácia na entrega de bens e serviços à sociedade

Etapas do processo de gestão de riscos



Fonte: Guia, pág. 143.

Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Oportunidades		Ameaças

Matriz de Probabilidade x Impacto

	Impacto		
Probabilidade	Alto	Medio	Baixo
	Alto	Medio	Baixo
	Alto	Medio	Baixo

Mitigação de riscos: adoção de controles internos da gestão





Estratégia de confiança e suporte



O que é

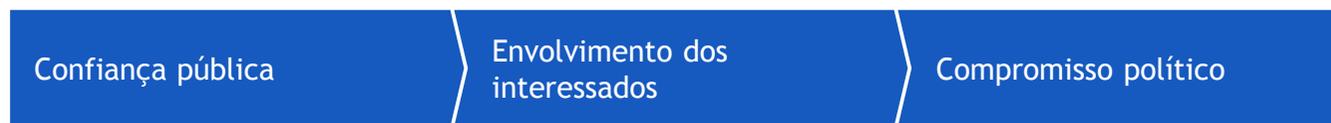
Apoio que a política tem para ser implementada entre a população, partes envolvidas e lideranças políticas



Importância

- Facilitar implementação
- Atingir relevância pública
- Aumentar chances de impacto real

Etapas



Garantir que população em geral (afetada ou não diretamente) apoia a política proposta através de comunicação direta e indireta

Envolver os principais atores diretamente interessados na construção da política, através de consultas, reuniões etc

Criar uma aliança de líderes políticos dispostos a gastar seu capital político para apoiar a política proposta



Ferramentas

Avaliação de confiança e suporte

	1	2	3
Semana 1	■	■	■
Semana 2	■	■	■
⋮			

Consultas públicas e *crowdsourcing*



Comunicação e dados abertos



Exemplificando: Desoneração da Folha de Pagamento



Diagnóstico

- Alto custo da mão de obra no país, que ocorre em outros setores intensivos em mão-de-obra para além dos setores beneficiados originalmente pela MP nº 540/2011
- Necessidade de criar as condições propícias à retomada de investimentos produtivos



Desenho e caracterização

- Ações: a) ampliação dos setores cobertos pela substituição da base de incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos; e, b) alíquota passando de 2,5% para 2% ou 1%, a depender do setor
- Público-alvo: trabalhadores e firmas de setores intensivos em mão de obra



Impacto orçamentário

- A ampliação do rol de setores beneficiados em apreço gera renúncia fiscal líquida estimada em R\$ 1,7 bilhões em 2013 e R\$ 1,9 bilhões, em 2014
- Há o risco de que as novas alíquotas sejam muito inferiores às necessárias para manter a arrecadação original, ou seja, sem neutralidade tributária conforme argumentado quando da MP nº 540/2011



Implementação

- Em linha com a política já existente, contando com Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de pagamentos (CTDF), integrada por representantes do governo, empregadores e trabalhadores
- Vigência: até 31 de dezembro de 2017



Confiança e suporte

- Interesse dos empresários e dos trabalhadores
- Impactos negativos na arrecadação tributária podem reduzir apoio da área fiscal do governo



Monitoramento e avaliação

- Houve implementação em poucos setores
- Monitoramento e avaliação conforme previsto na Lei 12.546/2011

Publicação Guia Prático de Análise ex Post

1. Objetivos:

- **Fornecer referências** às avaliações *ex post* a serem implementadas no âmbito do Governo Federal e **disseminar as abordagens de boas práticas de avaliação** aos órgãos e aos gestores da Administração Pública.
- **Recomendar a adoção de medidas de ajuste e aprimoramento** aos órgãos responsáveis pelas políticas.
- **Completar o processo integrado de avaliação de políticas públicas no âmbito do Governo Federal:** na 1ª etapa está a análise *ex ante* e na 2ª etapa, a análise *ex post*, instrumento relevante para a tomada de decisões ao longo da execução da política.

2. Público alvo:

- Gestores e técnicos da Administração Pública Federal

3. Suporte para implementação:

- **Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (Cmap)**, Portaria Interministerial nº 102, de 2016, e
- **Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União (Cmas)**, em tramitação no Poder Executivo

Avaliação de
Políticas Públicas
Guia Prático de Análise *Ex Post*

4. Estrutura:

- **Capítulo 1 - O papel da avaliação de políticas públicas**
- **Capítulo 2 - Influência das avaliações no orçamento**
- **Capítulo 3 - Avaliação Executiva**
- **Capítulo 4 -Análise do diagnóstico do problema**
- **Capítulo 5 - Avaliação de desenho**
- **Capítulo 6 - Avaliação de implementação**
- **Capítulo 7 - Avaliação de governança**
- **Capítulo 8 - Avaliação de resultados**
- **Capítulo 9 - Avaliação de impacto**
- **Capítulo 10 - Avaliação de Retorno Econômico e Social**
- **Capítulo 11 -Análise de Eficiência**

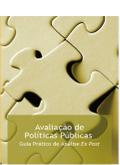
MDS e MIDC:

- **Boxe Benefício Prestação Continuada - MDS**
- **Boxe Auxílio Doença - MDS**
- **Benchmark de uso de loteria federal para aleatorização no Brasil + Produtivo – MIDC**

**Avaliação de
Políticas Públicas**
Guia Prático de Análise *Ex Post*

Guia Prático Ex Post aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança – CIG em 25/10/2018.

Publicação: dezembro 2018



Avaliação ex post

Porta de entrada

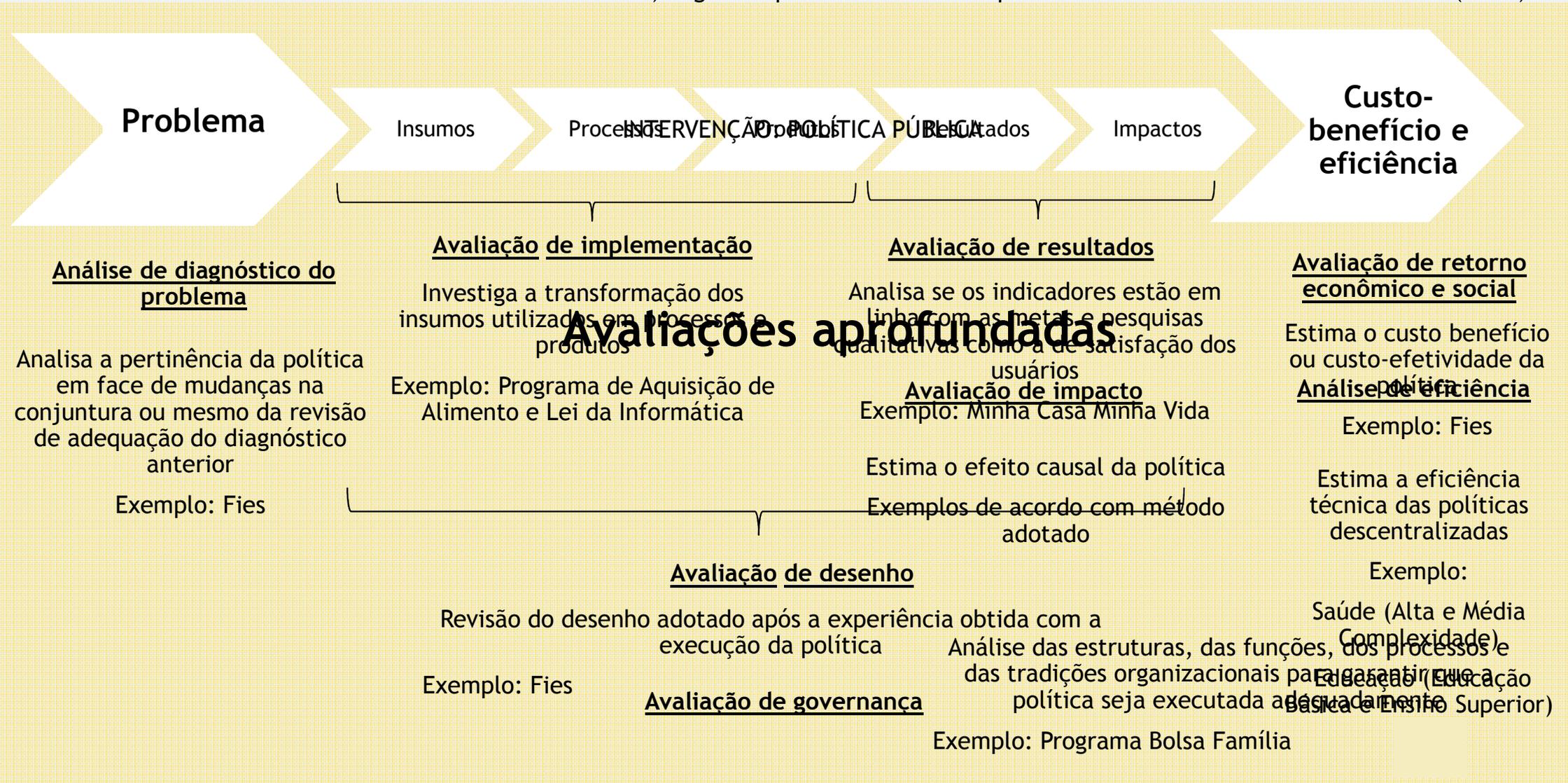


Avaliação executiva

Avaliação gerencial, ampla e com tópicos gerais, que permita efetivamente selecionar se é necessária uma avaliação mais aprofundada, e se sim, com qual foco.

Exemplos:

- i) Benefício do Programa de Prestação Continuada (BPC);
- ii) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).



Avaliações aprofundadas

Avaliação ex post

Porta de entrada

Avaliação executiva - ter uma avaliação gerencial, ampla e com tópicos gerais, que permita efetivamente selecionar se é necessária uma avaliação mais aprofundada, e se sim, com qual foco.

Exemplo prático: i) Benefício do Programa de Prestação Continuada (BPC);
ii) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Problema

Insumos

Processos

Produtos

Resultados

Impactos

Custo-benefício e eficiência

Análise do diagnóstico do problema - pertinência da política em face de mudanças na conjuntura ou análise crítica que verifique se o diagnóstico anterior estava realmente correto e adequado

Exemplo prático: Fies

Avaliação de implementação (ou processos) - investiga a transformação dos insumos utilizados em processos e produtos

Exemplo prático: Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Lei da Informática

Avaliação de resultados - se indicadores estão em linha com as metas e pesquisas qualitativas como a de satisfação dos usuários

Exemplo prático: MCMV

Avaliação de impacto - mensura o efeito causal da política. Apresenta critérios mínimos para a avaliação de impacto.

Exemplos práticos de acordo com método adotado

Avaliação de desenho - revisão do desenho adotado após a experiência obtida com alguns anos de execução da política

Exemplo prático: Fies

Avaliação de governança - análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que a política seja executada adequadamente

Exemplo prático: Programa Bolsa Família

Avaliação de retorno econômico e social mensura custo benefício ou custo-efetividade da política

Exemplo prático: Fies
Análise de eficiência - mensura a eficiência técnica das políticas descentralizadas

Exemplo prático:

Saúde (Alta e Média Complexidade)

Educação (Educação Básica e Ensino Superior)

Por fim...

O Estado necessita urgentemente seguir com a agenda de reformas estruturantes. A busca por maior eficiência do gasto público é premissa fundamental desta agenda. Não só hoje, como também amanhã. Não só neste governo, como nos próximos. Não apenas no nível federal, mas também nas outras esferas de governo.

Neste contexto, esperamos que a publicação do Guia prático de análise ex post e do Guia prático de análise ex ante contribuam expressiva e oportunamente às discussões sobre racionalização do gasto e, em especial, às discussões sobre inovação nas transferências da União.

Obrigada!

FABIANA RODOPOULOS

Subchefe Adjunta de Finanças Públicas
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG)
Casa Civil da Presidência da República
Palácio do Planalto, 4º andar, sala 414
70150-900 | Brasília - DF
Tel.: +55 (61) 3411-1453/1426

